

ARTIGO

DESIGUALDADES REGIONAIS E CULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE¹

REGIONAL INEQUALITIES AND CULTURE IN PARA'S AMAZON

VALCIR BISPO SANTOS¹VITOR SAMUEL MORAES DOS SANTOS²

RESUMO

Este ensaio tem o objetivo de demonstrar a concentração de recursos na área da Cultura entre as regiões de integração que compõe a Amazônia Paraense. Parte-se de um levantamento sobre as graves desigualdades regionais entre as doze Regiões de Integração (RI) do estado do Pará, destacando a concentração de recursos na área da Cultura, sobretudo na Região Metropolitana de Belém (também conhecida como Região de Integração Guajará). Neste caso, utiliza-se dados do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do Governo do Estado do Pará. O ensaio adota a hipótese de que a resolução ou redução das graves desigualdades regionais depende, entre outras alternativas, da regionalização das políticas públicas, que, no caso da Cultura, pode se dar por meio da implementação do Sistema Estadual de Cultura do Pará, vinculado ao Sistema Nacional de Cultura.

Palavras-chave: desigualdades regionais; amazônia paraense; políticas culturais; sistema estadual de cultura.

ABSTRACT

This essay aims to demonstrate the concentration of resources in the area of Culture between the integration regions of the state of Pará in Brazilian Amazon. It starts with a survey on the serious regional inequalities between the twelve Integration Regions of the state of Pará, highlighting the concentration of resources in the area of Culture, especially in the Metropolitan Region of Belém (also known as the Guajará Integration Region). In this case, data from the Pluri-Annual Plan of the years 2020-2023 from the Government of the State of Pará. The essay adopts the hypothesis that the resolution or reduction of serious regional inequalities depends, among other alternatives, on the regionalization of public policies, which, in the case of Culture, can occur through the implementation of the Pará State Culture System, linked to the National Culture System.

Keywords: regional inequalities; amazon Pará; cultural policies; state culture system.

1. Artigo elaborado no âmbito do projeto de extensão "Territórios Criativos e Economia da Cultura em clima da COP 30", coordenado pelo professor Valcir Bispo Santos, sendo apresentado no Encontro Nacional de Economia Política (XXIX ENEP) realizado em Marabá/Pa, em junho de 2024.

2. Doutor em Economia. Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: valcirispo@ufpa.br

3. Discente de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: vitor.moraes.santos@icsa.ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre as graves desigualdades regionais entre as doze Regiões de Integração (RI) do estado do Pará, observando, sobretudo, a concentração de recursos na área da Cultura, a partir de levantamento e estudos sobre o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 acerca da distribuição de recursos para as Regiões de Integração do Pará. No caso específico do Pará, a estratégia adotada para o gerenciamento cultural seguiu, em linhas gerais, a política de gestão definida pelo governo estadual. E isso resultou em certas disparidades na distribuição de recursos voltados à cultura, particularmente evidentes no Plano Plurianual (PPA).

Em termos metodológicos, faz-se um levantamento acerca da aplicação de recursos em projetos e ações na área da Cultura destinada às doze regiões de integração (RI) do Pará, tendo como fonte o PPA 2020-2023. Também busca referências de dados e indicadores de diversas dimensões sobre as 12 regiões de integração do Pará, a partir de dados do IBGE, da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA), ligada ao Governo do Estado do Pará, além de dados do Mapa da Exclusão Social, produzido pelo Governo do Estado do Pará. Também procede o levantamento de referencial teórico sobre a temática das políticas públicas de cultura (ou políticas culturais) no Brasil, com ênfase na construção do Sistema Nacional de Cultura, e, no caso do Pará, do processo de luta pela efetivação do Sistema Estadual de Cultura do Pará, inclusive como forma de regionalização da política cultural e da distribuição de recursos na área da Cultura.

O artigo está estruturado em cinco partes, incluindo a Introdução. Na segunda parte, são apresentados indicadores que demonstram as graves desigualdades econômicas e sociais entre estas regiões, assim como a grande concentração de recursos na área da Cultura, sobretudo na RI Guajarina, ou seja, na Região Metropolitana de Belém, em detrimento das demais RIs. Na terceira parte, apresenta-se um breve histórico sobre as políticas culturais no Brasil, enfatizando, sobretudo, as transformações institucionais ocorridas durante as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira à frente do Ministério da Cultura (MinC), entre as quais pode-se destacar a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Na quarta parte, apresentam-se os principais instrumentos que compõem o Sistema Estadual de Cultura do Pará (SECPA), na perspectiva do Sistema Nacional de Cultura, destacando, sobretudo, o chamado “CPF da Cultura” (ou seja, Conselho, Plano e Fundo estaduais de cultura) e as possibilidades de regionalização das políticas culturais a partir da efetivação

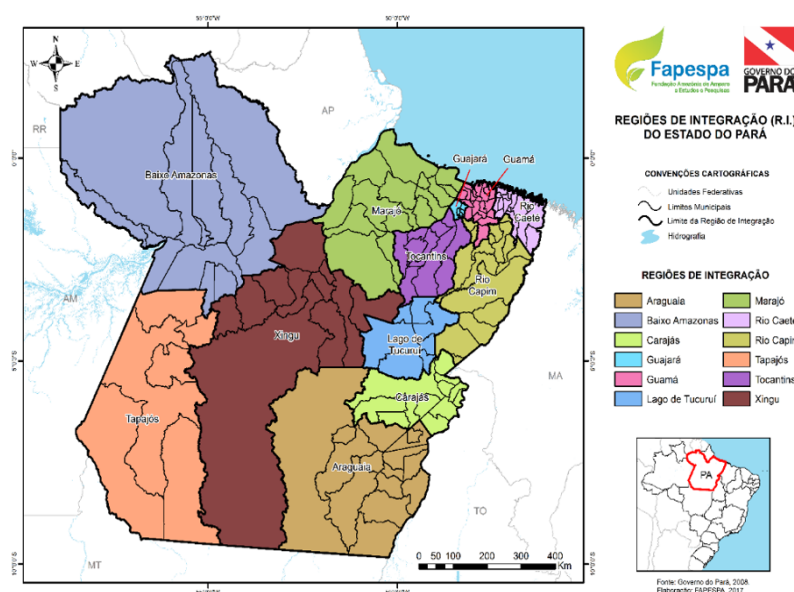
desses instrumentos. Na quinta parte, faz-se as Considerações Finais, destacando o processo de luta e implementação do Sistema Estadual de Cultura do Pará.

2 AS DESIGUALDADES REGIONAIS ENTRE AS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO PARAENSES E A CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS NA ÁREA DA CULTURA

Em análise recente sobre as desigualdades regionais na Amazônia Paraense, constatou-se a existência de graves desigualdades regionais, sociais e econômicas no estado do Pará, particularmente quando se comparam dados e indicadores entre as doze Regiões de Integração do Estado do Pará (Santos, 2022).

A partir de 2008, o Governo do Estado do Pará passou a adotar uma proposta de regionalização por meio da configuração de 12 (doze) Regiões de Integração (RI) do Pará, as quais passaram a ser incorporadas no processo de planejamento do estado, inclusive em instrumentos orçamentários, como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA). O argumento utilizado para justificar essa proposta de regionalização era o de tentar reduzir as desigualdades regionais, desigualdades sociais e possíveis entraves ao crescimento econômico do estado do Pará – que é o segundo maior estado federativo do Brasil, com 1.247.689,515 km², situado inteiramente na Amazônia e equivalente a 14,66% do território nacional. No tocante às delimitações geográficas dessas Regiões de Integração, segundo o governo do Pará, levou-se em consideração características de concentração populacional, acessibilidade, complementaridade, interdependência econômica, índices de desenvolvimento e acesso à infraestrutura econômica e social.

Figura 1 - Mapa do Estado do Pará com as doze Regiões de Integração (RIs)



Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA) (2025).

Assim sendo, as 12 RIs (regiões de integração) foram nominadas a partir de acidentes geográficos importantes (sobretudo nomes de rios), congregando os 144 municípios do Pará, com as seguintes denominações: Guajará (antiga RI Metropolitana ou Região Metropolitana de Belém, formada por cinco municípios), Guamá (formada por 18 municípios), Rio Caeté (15 municípios), Tocantins (10 municípios), Rio Capim (16 municípios), Lago de Tucuruí (sete municípios), Carajás (12 municípios), Araguaia (15 municípios), Marajó (17 municípios), Xingu (10 municípios), Baixo Amazonas (13 municípios) e Tapajós (seis municípios), conforme a Figura 1.

Cabe destacar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza outra classificação regional em relação às regiões paraenses, que é o de Mesorregiões, que, no caso do Pará, são seis. Essas Mesorregiões, na verdade, também congregam a composição das Regiões de Integração, conforme descrito a seguir: 1) Baixo Amazonas (congregando a RI Baixo Amazonas); 2) Marajó (composta pela RI Marajó); 3) Metropolitana de Belém (composta pela RI Guajará); 4) Nordeste Paraense (composta por quatro RIs: Tocantins, Guamá, Rio Caeté e Rio Capim); 5) Sudoeste Paraense (composta por duas RIs: Tapajós e Xingu); e 6) Sudeste Paraense (composta por três RIs: Lago de Tucuruí, Carajás e Araguaia) (Santos, 2022).

Os dados populacionais de 2021 (estimativas FAPESPA/IBGE) indicam que 25% da população paraense residiam na RI Guajará, ou seja, na Região Metropolitana de Belém (RMB). Depois, destacam-se como RIs mais populosas a RI Tocantins, com

9,72% da população total do Pará, seguida da RI Baixo Amazonas, com 8,51%. No entanto, os dados disponibilizados pelo IBGE em relação ao censo demográfico de 2022, apontam um decréscimo na população do município de Belém. A Região Metropolitana de Belém apresenta 1.794.981 habitantes em 2022, ante o total de 8.120.131 habitantes no estado do Pará, o que dá em torno de 22% da população paraense concentrados na RMB.

A análise dos indicadores econômicos atesta a existência de grandes desigualdades entre as regiões paraenses. Apesar do baixo crescimento da economia brasileira nos últimos dez anos, a economia paraense, por outro lado, mantém um nível de crescimento econômico acima da média nacional. No entanto, os setores e produtos mais fortes na composição do PIB estadual são basicamente formados por *commodities* voltadas à exportação, com destaque para produtos da indústria extrativa mineral, com baixo valor agregado (semielaborados), como minério de ferro, cobre e alumina, ou seja, produtos com impacto limitado em termos de geração de empregos e de internalização de renda (Santos, 2022). Inclusive, tendo em vista tais características, as cadeias econômicas dessas *commodities* minerais são descritas como “enclaves de exportação” (Carvalho *et al.*, 2017).

As disparidades regionais ficam mais evidentes quando se analisa os dados de renda per capita das 12 RIs. A RI Carajás, que tem a maior renda per capita do estado (e cuja economia regional é caracterizada pela concentração de *commodities* minerais, como ferro e cobre, assim como pela agropecuária), tem uma renda média oito vezes maior que a do Marajó, que detém a menor renda per capita entre as regiões paraenses. Até mesmo a RI Guajará, que detém a segunda maior renda per capita regional, apresenta uma disparidade muito grande, quando confrontada com a RI Carajás, cuja renda per capita supera em três vezes e meia a desta região. Por outro lado, a concentração de renda em Carajás é a maior entre as regiões paraenses. E o paradoxo fica mais evidente quando se percebe que a região mais igualitária é justamente a mais pobre do Pará, que é o Marajó.

O estado do Pará, em 2013, apresentou um coeficiente de Gini (métrica que avalia a desigualdade de renda em uma determinada população) de 0,738, valor que aponta para uma considerável desigualdade econômica. O que chama a atenção é a ampla variação desse coeficiente entre as diferentes regiões de integração (RIs) dentro do estado. A região de Carajás, apesar de ser a mais próspera em termos de PIB per capita, tem o coeficiente de Gini mais alto (0,807). Isso sugere que, embora

haja grande riqueza gerada nesta região — em grande parte devido à exploração de commodities minerais e agropecuária — essa riqueza não é distribuída de forma equitativa entre a população local, conforme se observa pela Tabela 1.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto Total (R\$ 1.000), Participação em Relação ao Estado e a Região de Integração, PIB per capita (R\$ 1,00) – 2019, e Coeficiente de Gini – 2013.

Estado/RI	PIB (R\$ 1.000)	Participação no Pará (%)	PIB Per capita	Coeficiente de Gini - 2013
Pará	178.376.984	100,00	20.735	0,738
Araguaia	9.927.791	5,57	17.519	0,398
Baixo Amazonas	12.424.123	6,97	16.773	0,542
Carajás	48.006.794	26,91	70.004	0,807
Guajará	44.245.779	24,80	19.764	0,668
Guamá	8.747.151	4,90	12.615	0,591
Lago de Tucuruí	8.331.930	4,67	19.595	0,549
Marajó	4.984.035	2,79	8.353	0,304
Rio Caeté	5.082.035	2,85	9.709	0,521
Rio Capim	10.010.169	5,61	14.396	0,451
Tapajós	4.059.525	2,28	18.358	0,465
Tocantins	12.344.318	6,92	14.792	0,416
Xingu	10.213.334	5,73	26.789	0,563

Fonte: Elaboração Própria a partir de FAPESPA/IBGE (2025).

O quadro 1 apresenta uma série selecionada de indicadores sociais nas áreas de Saúde, Educação e Violência no ano de 2021. A análise desses indicadores evidencia alguns paradoxos, como no caso da região do Marajó, que detém vários indicadores sociais com baixo desempenho (é a região com maior taxa de distorção idade-série [%], tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, além do baixo desempenho no IDEB). Entretanto, é a região que apresenta a maior expectativa de vida (mais de 74 anos) e isso apesar de ter a mais baixa taxa de leitos disponíveis no SUS em relação a mil habitantes (apenas 1,03).

É possível observar a partir do quadro que o Marajó se destaca como a menos violenta entre as regiões paraenses, com taxa de apenas 12,12 homicídios por 10 mil pessoas. É um contraste que fica mais nítido quando se compara com o desempenho da região “mais rica” do Pará, que é Carajás, onde a média de

longevidade é de 69 anos e o nível de violência é muito maior (38,32).

Quadro 1 - Síntese de Indicadores Sociais Selecionados do Estado do Pará e das doze Regiões de Integração nas áreas de Saúde, Educação e Violência – 2021.

Estado/ Região de Integração	Taxa de mortalidade infantil 2021 (1)	Expectativa de vida (em anos) em 2021 (2)	Leitos SUS por 1.000 habitantes- 2021 (3)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB (Escola Pública) - 2021 (4)		Taxa de Distorção Idade-Série (%) do Ensino Fundamental e Médio - 2021 (5)		Taxa de Homicídio por 100 Mil Habitantes - 2021 (6)
				Séries Iniciais 5º Ano	Séries Finais 9º Ano	Ensino Funda- mental	Ensino Médio	
Pará	14,69	71,58	1,51	5,0	4,4	25,00	44,70	24,96
Araguaia	15,87	70,92	1,78	3,0	2,4	26,17	46,07	42,82
Baixo Amazonas	15,96	70,64	1,58	4,7	4,3	22,64	43,92	12,66
Carajás	12,48	69,53	1,36	4,0	2,9	24,04	46,04	38,32
Guajará	15,17	71,51	1,84	5,4	4,4	18,32	40,48	17,45
Guamá	13,01	71,69	1,33	4,2	3,5	26,82	53,20	23,62
Lago de Tucuruí	14,71	72,76	1,21	4,4	4,2	29,21	48,73	28,88
Marajó	15,36	74,61	1,03	3,3	2,8	36,06	57,23	12,12
Rio Caeté	11,50	72,83	1,49	4,4	2,9	26,35	55,40	15,41
Rio Capim	12,45	72,98	1,56	4,7	4,1	26,49	51,39	34,72
Tapajós	20,20	67,67	1,52	3,2	2,9	28,85	49,78	38,13
Tocantins	14,99	72,91	1,05	3,9	4,1	30,94	52,34	23,83
Xingu	16,82	70,30	1,75	4,7	3,4	27,60	46,08	47,45

Fonte: (1) FAPESPA adaptado de SESPA/Painel de Monitoramento-MS, 2022; (2) SESPA.

Essas desigualdades regionais têm a ver, sobretudo, com a ausência de políticas públicas de caráter regionalizante que considerem as especificidades de cada região do estado, o que leva, inclusive, à centralização de recursos na Região Metropolitana de Belém, caracterizada como RI Guajará. Tal situação se observa de forma ainda mais incisiva na área da Cultura, particularmente quando se analisa os dados referentes ao orçamento do Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Orçamento destinado à Cultura por RI, segundo o PPA 2020-2023 (R\$

1,00).

Região de Integração	Valor Destinado	Percentual
Araguaia	347.772,00	0,19%
Baixo Amazonas	2.503.700,00	1,40%
Carajás	1.084.484,00	0,61%
Guajará	162.962.829,00	91,36%
Guamá	1.112.197,00	0,62%
Lago do Tucuruí	312.351,00	0,18%
Marajó	7.073.672,00	3,97%
Rio Caeté	1.118.760,00	0,63%
Rio Capim	531.121,00	0,30%
Tapajós	207.470,00	0,12%
Tocantins	551.552,00	0,31%
Xingu	563.085,00	0,32%
Total	178.368.993,00	100%

Fonte: Elaboração Própria a partir de PPA 2020-2023 (2025).

Percebe-se que mais de 90% dos recursos destinados à Cultura no estado do Pará concentra-se em apenas uma região de integração, que é a RI Guajará, que no caso corresponde à Região Metropolitana de Belém, onde se localiza a capital do estado do Pará, Belém, que, por sua vez, concentra vários equipamentos e serviços públicos, assim como vários equipamentos culturais (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Orçamento destinado a cultura por RI resumido.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Essa concentração de recursos e a ausência de políticas públicas de caráter

regionalizante no estado do Pará já haviam sido considerados em outros artigos, como Trindade e Oliveira (2013).

Em termos históricos, a concentração de recursos e em termos de infraestrutura urbana em Belém em relação às demais cidades paraenses ocorreu, sobretudo, a partir do auge do ciclo da economia da borracha, particularmente na segunda metade do século XIX até 1912. Essa situação era decorrente da forma como funcionava a cadeia de comercialização e produção extrativista da borracha, que, na época, chegou a ser o segundo produto da pauta de exportações brasileiras, atrás apenas do café. A borracha era extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*), e a sua estrutura econômica era extrativista e dependia das áreas de ocorrência ou aglomeração das seringueiras.

As interações entre vilarejos, vilas e cidades eram inteiramente dependentes da cadeia de exportação/importação, que mobilizava os excedentes de valores produzidos pela economia da borracha. A cadeia de comercialização da borracha funcionava com base na compra e venda a crédito das mercadorias (aviamento), sistema usado tanto pelo pequeno quanto pelo alto comércio, que, na prática, substituía a circulação de dinheiro pelo fluxo de mercadorias; e era esse fluxo de crédito-em-mercadorias que articulava entre si as aglomerações. Se de um lado esse sistema facilitava a expansão da atividade comercial, pois bastava ter crédito para o comerciante se estabelecer, por outro, dificultava a captação do excedente em cada lugar, o que, por sua vez, inibia a diversificação das atividades produtivas e o processo de diferenciação funcional das aglomerações (Machado, 1999).

A estrutura comercial se refletia na estrutura da rede urbana, em que a posição hierárquica de cada aglomeração era função de sua posição na cadeia de aviamento. A forma da rede proto-urbana estava relacionada à área de ocorrência da borracha, pois a restrição de cunho ecológico - as espécies mais produtivas eram as árvores da *Hevea brasiliensis*, localizadas em florestas de várzea (planície de inundação) - e o domínio da circulação fluvial explicava a forma dendrítica da rede proto-urbana. O termo dendrítico designa a forma ramificada da rede fluvial, semelhante a uma árvore (Machado, 1999).

Dessa forma, grande parte dos recursos para infraestrutura urbana concentrou-se em Belém e Manaus, onde se localizavam as casas de importação e exportação da borracha, que comandavam a cadeia de comercialização e aviamento - e que concentravam grande parte da riqueza produzida pela economia da borracha.

No período mais recente, os recursos e investimentos do Governo do Pará na área da cultura concentraram-se fortemente em Belém, sobretudo, durante os governos “tucanos”, ou seja, governos estaduais comandados pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Assim, no período de praticamente vinte anos em que governos estaduais foram comandados pelo PSDB no Pará – de 1995 a 2018⁴ –, o secretário de cultura do Pará foi o arquiteto Paulo Chaves, sendo que a sua gestão à frente da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) se notabilizou por grandes obras em termos de equipamentos urbanos e turísticos que se concentraram em Belém, como a Estação das Docas, o Polo Joalheiro, o projeto Feliz Lusitânia (no centro histórico de Belém), o Mangal das Garças, o Parque da Residência, o Centro de Convenções Hangar, entre outros. Além de se notabilizarem pelos altos investimentos e serem destinados a uma demanda turística ou para um público de alta ou média renda, esses equipamentos não tinham sustentabilidade econômica, sendo que até hoje recebem subsídios do governo estadual para a sua manutenção, isso também se reflete no orçamento destinado à Cultura, como se pode observar nos dados da Tabela 3.

Tabela 3 - PPA 2012-2015 – Investimentos nos programas/ações de Cultura.

PROGRAMA: NOSSA ARTE, NOSSA CULTURAL			
Ação	Metropolitana	Percentual	Total
Apoio as Manifestações Culturais	10.264.940	91%	111.286.110
Difusão Cultural	8.152.321	96%	8.472.841
Feira Pan-Amazônica do Livro	20.773.488	100%	20.773.488
Implantação da Rede Pontos de Cultura	1.370.000	28%	4.950.000
Implementação das Ações da Estação das Docas e Hangar	16.171.171	100%	16.171.171
Implementação das Ações do Parque Mangal das Garças	2.448.186	100%	2.448.186
Implementação das Ações de Capacitação Cultural	2.370.287	76%	3.122.240
Implementação de Espaços Culturais	75.682.904	100%	75.682.904
Incentivo à Cultura	3.799.113	30%	12.637.108

4. Com exceção do período de 2007 a 2010, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) comandou o governo estadual, durante todo o período de 1995 a 2018 o governo do estado do Pará foi comandado por governos tucanos (PSDB). Esse ciclo foi interrompido em 2018, com a vitória eleitoral de Helder Barbalho, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Interiorização da Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz	837.500	13%	6.500.000
Jovens Talentosos da Música	2.080.000	23%	9.000.000
Manutenção da Gestão de Espaços Culturais	71.433.217	100%	71.433.217
Manutenção do Contrato de Gestão dos Espaços Turísticos e Culturais	33.600.000	100%	33.600.000
Produções de Edições Culturais	7.494.704	100%	7.494.704
Promoção do Corpo Artístico do Teatro da Paz	19.291.380	100%	19.291.380
Realização de Curso e Oficinas de Iniciação em Arte Ofício	4.476.804	77%	5.825.085
Realização de Grandes Festivais	17.537.255	100%	17.537.255
Realização do Terruá Pará	2.300.000	100%	2.300.000
Total	300.083.270	91%	328.525.689
Demais Rls	28.442.419		

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tal concentração de recursos na área da Cultura na Região Metropolitana de Belém durante os governos tucanos no Pará constata-se por meio da análise da Tabela 3, referente a dados do PPA 2012-2015 (que cobre o período de governo de Simão Jatene, do PSDB) em relação aos programas e ações na área da Cultura. Observa-se que 91% dos recursos na área da Cultura destinavam-se à capital, Belém, sendo que boa parte era destinada à manutenção de obras realizadas pelo arquiteto Paulo Chaves, então Secretário Estadual de Cultura. Outras ações, como a realização de eventos culturais, eram igualmente centralizadas na capital paraense, como festivais, projeto Terruá Pará, Feira Pan-Amazônica do Livro, entre outros.

3 SÍNTESE SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS E A FORMAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) teve sua proposta de estruturação, institucionalização e implementação aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) em 2009. Assim como o Plano Nacional de Cultura (PNC), o SNC pretende estruturar mecanismos para execução de políticas culturais como

políticas de Estado, e não meras políticas de governo. Ou seja, a missão institucional do SNC é a de instituir um sistema para políticas culturais no país, articulando órgãos federais, estaduais e municipais. Essa rede teria como objetivo garantir a coesão destas políticas e estimular o desenvolvimento e institucionalização em regiões que ainda não possuam mecanismos para a promoção da cultura a partir do Estado. Para garantir esse processo, o SNC atrela a referida institucionalização (com a criação de secretarias de cultura, por exemplo) à remessa de recursos oriundos da esfera federal.

A estruturação do Sistema Nacional de Cultura faz parte de um processo mais amplo de reformulação das políticas públicas voltadas para a Cultura (mais conhecidas como “políticas culturais”) e de uma nova institucionalização do Ministério da Cultura (MinC), sobretudo quando Gilberto Gil tomou posse em 2003 como Ministro da Cultura.

Desde sua criação, em 1985, o Ministério da Cultura (MinC) passou por transformações relevantes, seja na sua importância política, seja no seu direcionamento para execução de políticas culturais. Esta trajetória está diretamente ligada às transformações no papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico nacional e produziram frequentes alterações na estrutura do ministério e em seus instrumentos de atuação. Ainda que a década de 1980 tenha sido marcada pela instabilidade na gestão das políticas culturais e nos recursos destinados para esse fim, destacam-se a criação do MinC e os avanços da Constituição de 1988 como importantes inovações no campo das instituições relacionadas às políticas culturais (Ruas, 2011).

A virada para os anos 1990, por seu turno, dá início a um período de desmonte do Estado brasileiro em suas diversas dimensões (Cano, 2000). O Governo Collor promoveu uma reforma da estrutura do Estado, com demissão de 320 mil funcionários públicos e extinção de órgãos e ministérios, como parte de uma agenda neoliberal que também incluía a abertura comercial e o início do processo de privatizações.

Nessa mudança, como relata Calabre (2007), o MinC foi extinto, junto com alguns de seus órgãos (FUNDACEN, EMBRAFILME, Fundação Nacional Pró-Leitura, Conselho Federal de Cultura e o Conselho Consultivo do SPHAN). O claro processo de redução da importância atribuída pelo Estado às políticas culturais se evidencia na ausência de quaisquer recursos fiscais nos primeiros anos da década, até a aprovação da Lei Rouanet, que se configuraria como o principal mecanismo de

estímulo à economia da cultura no Brasil nas décadas subsequentes (Calabre, 2007).

Diversas avaliações sobre esse período mais recente destacam as gestões conduzidas pelos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, entre 2003 e 2010, como responsáveis pela reorganização do Ministério da Cultura, visando recuperar a capacidade de realização de políticas culturais, em oposição à privatização e das decisões de investimento de recursos públicos. Nesse sentido, houve uma clara tentativa de recuperação da capacidade de intervenção do Estado e das políticas públicas voltadas para a Cultura, sob uma perspectiva não autoritária (Rubim, 2010).

As políticas culturais, conduzidas pelo Estado, adquiriram algumas dimensões novas em questão. Em primeiro lugar, a condução das políticas pelo Estado dependeria de uma reorganização institucional, com mudanças na estrutura do ministério, bem como da criação de instituições e órgãos em nível estadual e municipal. Em segundo lugar, passaria a se reconhecer a cultura em suas três dimensões: simbólica, do direito à cidadania e do desenvolvimento econômico.

Ademais, as políticas culturais deveriam deixar de ser somente políticas para os produtores e artistas, como na história recente, e voltar-se também para a população em geral. A população e os demais agentes envolvidos com atividades culturais, enfim, teriam papel decisivo na configuração participativa das diretrizes da política cultural (Soto; Canedo; Oliveira; Salgado, 2010).

E é nesse contexto que se situa a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 2009. O Sistema Nacional de Cultura é um conjunto que reúne a sociedade civil e os entes federativos da República Brasileira – União, estados, municípios e Distrito Federal – com seus respectivos Sistemas de Cultura. As leis, normas e procedimentos pactuados definem como interagem os seus componentes e a Política Nacional de Cultura e o Modelo de Gestão Compartilhada constituem-se nas propriedades específicas que caracterizam o Sistema. No campo da cultura e da gestão cultural, o SNC cumpre duas funções: (1) de um lado, assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura como políticas de Estado, com um nível cada vez mais elevado de participação e controle social; (2) e, de outro, viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros e humanos, em todos os níveis de Governo, compatíveis com a importância da cultura para o desenvolvimento do país. O Sistema Nacional de Cultura é, sem dúvida, o instrumento mais eficaz para responder

a esses desafios através de uma gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade, seja integrando os três níveis de governo para uma atuação pactuada, planejada e complementar, seja democratizando os processos decisórios intra e intergovernamentais e, principalmente, garantindo a participação da sociedade de forma permanente e institucionalizada (MINC, 2011).

O principal objetivo do Sistema Nacional de Cultura (SNC) é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, estados e municípios, com a participação da sociedade. No entanto, as políticas para a cultura ainda ocupam posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. De certa forma, parte desse problema encontra-se na indefinição acerca do papel do poder público (Estado) na vida cultural. Por outro lado, esse problema deriva da falta de definição consensual sobre o que é cultura. Há os que pensam que o termo se refere somente às atividades intelectuais e artísticas. Outros entendem a cultura de forma mais ampla, como os modos de viver, fazer e criar de indivíduos, grupos, povos e nações. Por ser mais ampla, essa concepção engloba a anterior.

A Constituição brasileira adota as duas definições do termo cultura, que ora se aplica aos modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ora se refere às atividades intelectuais e artísticas. Outro avanço que a Constituição garante, sobretudo a partir da Constituinte de 1988, foi em estabelecer que o poder público (Estado) deve garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais (o mesmo que CIDADANIA CULTURAL).

A Política Nacional de Cultura considera a Cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. A dimensão simbólica fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio de diversas línguas, valores, crenças e práticas. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, os quais variam de tal forma que só é possível falar em culturas humanas no plural. Adotar tal dimensão possibilita superar a separação entre políticas de fomento à cultura (geralmente destinadas às artes) e de proteção do patrimônio cultural, pois ambas se referem ao conjunto da produção simbólica da sociedade.

A dimensão cidadã fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais. Essa dimensão está garantida na Constituição brasileira.

A dimensão econômica compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando em um dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura, hoje, é considerada elemento estratégico da chamada nova economia ou economia do conhecimento, que se baseia na informação e na criatividade, impulsionadas pelos investimentos em educação e cultura. As teorias contemporâneas de desenvolvimento, de fato, destacam a dimensão cultural. Assim, as teorias institucionalistas e de desenvolvimento endógeno e territorial, destacam o papel do capital social e de como suas tipologias e formas de mobilização encontram-se associadas aos processos de identidade cultural e de diversidade cultural, assim como a abordagem da Economia Criativa destaca como a criatividade se relaciona aos processos de inovação e desenvolvimento (Santos, 2022).

Mas as políticas culturais gestadas pelas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira à frente do MinC sofreram sérios desmontes a partir dos governos Temer e, sobretudo, de Jair Bolsonaro. Na verdade, desde os mandatos de governo de Dilma Rousseff (de 2011 a 2016) já se percebia perdas de recursos e de relevância destas políticas culturais, sobretudo em relação ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). No governo Temer (2016 a 2018), se anunciou a extinção do MinC, que foi revertida após vigorosas demonstrações de resistência de movimentos e segmentos culturais, que ocuparam prédios ligados ao MinC em praticamente todos os estados brasileiros. Mas mesmo com a manutenção do MinC no governo Temer, ocorre um esvaziamento do SNC e de outras políticas culturais. A situação se torna ainda pior quando assume o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (de 2019 a 2022), quando se extingue o MinC, ocorre um desmonte brutal do SNC e de outras políticas culturais, além da extinção ou diminuição na participação social em várias instâncias e conselhos de políticas públicas, inclusive no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Houve cortes de recursos e sérios retrocessos na condução das políticas nacionais de cultura por parte da União, com a paralização de políticas e programas que estruturavam as políticas culturais brasileiras.

A situação no campo da Cultura ficou ainda pior com a pandemia do covid-19 em 2020, cujo impacto foi imenso, com a paralização e cancelamento imediato de espetáculos, shows e várias manifestações artísticas e culturais presenciais, com o colapso de toda a cadeia produtiva da cultura (Almeida, 2022). Mas foi a partir da reação à situação caótica na área da Cultura que começou um movimento para reverter essa situação. A deflagração do movimento da Emergência Cultural

conseguiu articular movimentos culturais, parlamentares, gestores públicos e conselheiros de cultura com sucesso. A construção social e política da Lei de Emergência Cultural ocorre em um amplo movimento, com realização de lives e web conferências de cultura em todo o país. E dessa forma, com a votação e aprovação quase unânime dos deputados federais e senadores em maio de 2020, a Lei de Emergência Cultural é aprovada, com a denominação de “Lei Aldir Blanc” (LAB), em homenagem ao compositor carioca que faleceu em decorrência da covid-19. Além de distribuir 3 bilhões de reais em ações e subsídios de auxílio emergencial para agentes culturais e espaços culturais a serem executados de forma descentralizada por municípios e estados, a LAB também conseguiu fortalecer o Sistema Nacional de Cultura. Informações da Escola de Políticas Culturais estimam que mais de 570 municípios brasileiros conseguiram formar seus Sistemas Municipais de Cultura nesse período.

Com o governo de Luís Ignácio “Lula” da Silva, a partir de janeiro de 2023, o MinC é reconstruído. E começa um amplo movimento de reconstrução das políticas culturais, inclusive do Sistema Nacional de Cultura. Esse movimento se fortalece com pelo menos mais duas leis de âmbito federal, que, além de irrigar mais recursos para a Cultura, também fortalecem o SNC e os respectivos Sistemas Municipais e Estaduais de Cultura. Trata-se da Lei Paulo Gustavo, que distribuiu mais de 3,8 bilhões para municípios e estados, e da Lei Aldir Blanc II, que é conhecida como PNAB (Programa Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), que vai distribuir 15 bilhões de reais para estados e municípios ao longo de 5 anos, sendo 3 bilhões ao ano, a partir de 2024. Dessa forma, as áreas ligadas à economia da cultura vão ter acesso a recursos que nunca tiveram antes.

Sobre o peso da economia da cultura no Brasil, inclusive no mercado de trabalho, alguns estudos conseguem fornecer um quadro onde é possível perceber que a economia da cultura possui um peso importante na economia.

Entre estes, pode-se citar o estudo sobre “Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018”, do IBGE, que estima que mais de 5 milhões de pessoas – ou mais precisamente 5.246.000 pessoas - estavam ocupadas em atividades do setor cultural em 2018. Em termos relativos, isso significa que 5,7% do total de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade no Brasil estavam trabalhando no setor cultural. É um índice que se mantém desde 2014, quando essa série histórica com base na PNAD Contínua começou a ser construída.

No caso do estado do Pará, o estudo do IBGE indica que em 2018 cerca de 142 mil pessoas estavam ocupadas (trabalhando) no setor cultural. Isso representa 4,1% das pessoas com 14 anos ou mais ocupadas em todo o estado. Naquele ano, 3 milhões e 388 mil pessoas estavam ocupadas de forma geral no estado. No caso de Belém, o estudo do IBGE indica que 6,1% da população total ocupada atuava no setor cultural em 2018. É um índice maior que a média estadual e nacional em termos proporcionais. Em números absolutos, isso quer dizer que havia 26.749 pessoas ocupadas no setor cultural em Belém em 2018. É um peso considerável em se tratando da economia local (IBGE, 2019).

A informalidade possui um peso considerável na economia da cultura. Em 2014, no Brasil 38,3% (2 milhões) de trabalhadores culturais estavam na informalidade, enquanto em 2018 cerca de 45,2% dos trabalhadores do setor cultural se encontravam na informalidade, ou 2,4 milhões de trabalhadores informais. Em outras palavras, aumentou a informalidade no setor cultural.

No estado do Pará em 2017 havia 3.640 unidades locais (instituições formalmente constituídas) ligadas à área cultura.

Outro estudo interessante é o “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil”, publicado em 2019 pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). O estudo da FIRJAN utiliza basicamente os dados oficiais do Ministério do Trabalho (RAIS), identificando as empresas que compõe a chamada “indústria criativa” com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Em 2017, o estudo da FIRJAN calculou que o PIB da Indústria Criativa foi de 171,5 bilhões de reais. Isso representa 2,61% do PIB Brasileiro. No caso do Pará, o PIB Criativo em 2017 alcançou o percentual de 1,1% em relação ao PIB estadual, mesmo percentual de 2015. Em relação à ótica do mercado de trabalho, em 2017 havia 837,2 mil profissionais criativos formalmente empregados no Brasil, o que representa queda de 3,9% em relação aos 871 mil vínculos formais registrados em 2015. Essa situação pode ser fruto da severa recessão econômica ocorrida em 2015 e 2016 (FIRJAN, 2019).

Estudo mais recentes registra como a pandemia do coronavírus atingiu duramente o campo da economia da cultura. O setor cultural vinha registrando aumento considerável no número de pessoas empregadas durante o período pré-pandemia, com um salto de 4,9 milhões, em 2018, para 5,5 milhões em 2019. Porém, essa tendência foi interrompida em 2020, em decorrência da Covid-19, registrando

queda na taxa de ocupação para 4,6 milhões. Mais de 900 mil trabalhadores da cultura perderam o emprego desde o início da pandemia. Em 2021, com a retomada gradual dos eventos presenciais, 340 mil postos de trabalho foram recuperados e o setor voltou a crescer, atingindo a marca de 5 milhões de profissionais em exercício. Ainda assim, o número total de empregos gerados é menor se comparado a 2019 (Goes et al, 2022).

4 A ESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA E AS POSSIBILIDADES DE REGIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO PARÁ

A estrutura do Sistema Estadual de Cultura (SEC), conforme o modelo proposto pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), é composta por nove instrumentos. Os eixos considerados centrais desse Sistema é o que se convencionou denominar como “CPF da Cultura”, ou seja, Conselho, Plano e Fundo Estaduais de Cultura. Para entender como a implementação do Sistema Estadual de Cultura do Pará pode impactar o campo da cultura por meio do funcionamento de um sistema de governança democrático e participativo, cabe, antes de tudo, entender tais eixos básicos.

O Fundo Estadual de Cultura possibilita o acesso ao financiamento mais amplo e democrático da Cultura. A utilização do Fundo e de uma política de editais inclusivos, que estabeleça cotas de acesso por regiões e a grupos de cultura popular e regional, além de populações e comunidades ancestrais da Amazônia (como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, povos de matriz africana, entre outros), assim como de segmentos politicamente marginalizados (como comunidades LGBTQI+, mulheres, pretos etc.), por exemplo, pode possibilitar o acesso mais democrático aos recursos culturais. Atualmente, o principal instrumento de financiamento no campo da cultura no Pará é a Lei Estadual de renúncia fiscal, também conhecida como Lei “Semear”.

No entanto, os mecanismos de “privatização” das definições dos projetos culturais via Lei Semear promovem uma distorção e concentração de recursos, pois são as empresas que definem os projetos culturais a serem financiados. E, para isso, as empresas utilizam basicamente critérios mercadológicos, o que tende a concentrar os recursos da cultura apenas em poucos artistas e grupos com poder de mercado. E a maioria desses artistas ou grupos com visibilidade no mercado cultural se situam em Belém, ampliando a concentração de recursos na capital paraense.

A implantação e funcionamento do Conselho Estadual Cultura e de um modelo de democracia participativa na Cultura pode se dar por meio da formação de Fóruns Setoriais e Regionais, que podem possibilitar a livre participação de artistas e fazedores de cultura de acordo com as suas áreas de atuação, em termos de linguagens artísticas/culturais e regiões, os quais podem formular propostas de políticas e ações para as suas respectivas áreas.

A formulação e execução do Plano Estadual de Cultura tem a capacidade de nortear as ações e políticas culturais a longo e médio prazo, estabelecendo um planejamento cultural por pelo menos 10 anos. Dessa forma, a execução do Plano pode acabar ou diminuir sensivelmente a chamada "política de balcão" na cultura, que subordina os artistas e fazedores de cultura aos ditames e imposições de políticos, empresários e burocratas de plantão. Por outro lado, o processo de elaboração do Plano deve se dar de forma participativa, sobretudo, com a participação dos Fóruns Setoriais e Regionais.

Há outros instrumentos importantes do SEC, como o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, também conhecido como Cadastro Cultural ou Mapa Cultural. Esse sistema pode realizar e promover um amplo mapeamento dos grupos culturais, artistas e fazedores de cultura dos mais diversos segmentos culturais e artísticos, além das diversas manifestações culturais e espaços e equipamentos culturais existentes nos municípios e regiões paraenses. Outro instrumento importante é o Programa de Formação na Área da Cultura, que pode capacitar tanto agentes públicos quanto artistas e fazedores de cultura em geral, inclusive organizações e entidades culturais. Em síntese, os instrumentos que compõem o Sistema Estadual de Cultura, tal como proposto pelo Sistema Nacional de Cultura, são os seguintes:

- I. Coordenação: órgão Gestor da Cultura;
- II. Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação: Conselho de Política Cultural; Conferência de Cultura; Comissão Intergestores;
- III. Instrumentos de Gestão: Plano de Cultura; Sistema de Financiamento da Cultura; Sistema de Informações e Indicadores Culturais; Programa de Formação na Área da Cultura;
- IV. Sistemas Setoriais de Cultura: Sistema de Patrimônio Cultural; Sistema de Museus; Sistema de Bibliotecas; outros que vierem a ser instituídos.

Importante destacar que, até recentemente, o estado do Pará era considerado o mais atrasado entre os estados da Região Norte ou da Amazônia brasileira em termos de implantação do seu Sistema Estadual de Cultura. Até então, havia uma luta histórica dos movimentos culturais e dos(as) fazedores(as) de cultura do Pará em torno da democratização e regionalização das políticas culturais. Essa pauta fez parte do então Fórum Estadual de Cultura do Pará nos anos 2000. Em 2013, eclodiu o movimento denominado “Chega!”, que reuniu vários artistas, fazedores de cultura e produtores culturais em protesto contra a gestão autocrática do então secretário estadual de cultura Paulo Chaves, durante o governo de Simão Jatene (PSDB).

Em 2015, organizou-se o movimento denominado Produtores e Artistas Associados (PROA), para reivindicar por políticas culturais democráticas – e que inclusive propõe nas audiências públicas do PPA 2016-2019 a criação do Sistema Estadual de Cultura do Pará (SEC Pará), que chega a ser aprovado, inclusive. Mas o fato é que o SEC Pará nunca foi implementado, pois havia uma grande resistência por parte do então secretário estadual de Cultura, Paulo Chaves, que inclusive boicotou as instâncias de participação social, como a Conferência Estadual de Cultura⁵.

No final de 2018, no bojo da vitória de Helder Barbalho ao governo do Estado (que significou o fim da “dinastia” de Paulo Chaves à frente da SECULT Pará), organizou-se o Fórum de Culturas do Pará, uma articulação reunindo fazedores e ativistas culturais de vários municípios paraenses, que assumiu como objetivo estratégico a luta pela implementação de políticas culturais democráticas, com destaque para a criação e implementação do Sistema Estadual de Cultura do Pará (SEC Pará). O traço distintivo da atuação do Fórum de Culturas do Pará é que, para além do plano de reivindicações e demandas, os ativistas do Fórum também se propõem a atuar de forma ativa, e, se houver condições, propondo e colaborando no sentido da construção e elaboração de propostas, leis e editais, com o propósito de criar e efetivar as políticas culturais democráticas.

Assim, logo no início de 2019, ativistas e fazedores de cultura do Fórum de Culturas do Pará se reúnem com a então secretária estadual de Cultura, Úrsula Vidal, e entregam um documento com reivindicações, com destaque para a criação e implementação do SEC Pará. Houve outras reuniões e, em setembro de 2019, a

5. A terceira Conferência Estadual de Cultura do Pará foi realizada em 2013, e sequer foi organizada pela SECULT Pará. A organização da Conferência coube à Fundação Cultural do Pará (FCP) e o então secretário estadual de cultura nem chegou a participar da mesma. A 4ª. Conferência Estadual de Cultura do Pará foi realizada em dezembro de 2023.

SECULT aceita a formação de um Grupo de Trabalho de cunho colaborativo, com a participação da própria SECULT de um lado, e de vários coletivos culturais, de outro, com a finalidade de proposição do SEC Pará e de seus principais instrumentos, com destaque para o chamado “CPF da Cultura”. Mas, durante vários meses não houve praticamente nenhuma participação da SECULT nesse GT. Só após um Ofício enviado pelas entidades culturais no final de 2019 à titular da SECULT, que em fevereiro de 2020 há uma participação mais ativa da SECULT no âmbito desse GT. Mas o produto mais tangível desse GT é a elaboração de uma proposta com alterações significativas de funcionamento do Conselho Estadual de Cultura do Pará, aproximando-se do modelo proposto pelo Sistema Nacional de Cultura.

Mas a pauta pela criação do Sistema Estadual de Cultura do Pará só vai avançar, de fato, na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), sobretudo, por meio da atuação da Comissão de Cultura da ALEPA, presidida na ocasião pela então deputada estadual Marinor Brito (PSOL). No início das atividades legislativas em 2019, a deputada Marinor apresentou um projeto de lei para a criação do Sistema Estadual de Cultura do Pará.

No decorrer do processo de luta e implementação da Lei de Emergência Cultural, a pauta pelo fortalecimento e criação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura se fortalece em todo o país, inclusive no Pará. Em audiência com o governador Helder Barbalho, a deputada Marinor Brito conseguiu o apoio do governador ao seu projeto de lei para criação do SEC Pará. Isso foi fundamental, pois, com o apoio da bancada governista na ALEPA, o projeto de lei de criação do SEC Pará, proposto pela citada deputada, conseguiu ser aprovado por unanimidade em abril de 2020. No entanto, ao invés de sancionar esse projeto, o governador Helder Barbalho vetou o mesmo, sob o argumento de que essa iniciativa só poderia ser feita pelo executivo estadual.

Assim, em maio de 2020, o governador envia outro projeto de lei à ALEPA propondo a criação do SEC Pará. Esse projeto de criação do SEC Pará foi aprovado pela ALEPA (mais uma vez), em sessão remota, no dia 15 de dezembro de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há sérias desigualdades regionais em relação à distribuição e acesso aos recursos culturais disponíveis no orçamento do Governo do estado do Pará, conforme se observou através de análise do Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023, que

demonstra que mais de 90% dos recursos destinados à Cultura no estado do Pará concentra-se em apenas uma região de integração, que é a RI Guajará, que no caso corresponde à Região Metropolitana de Belém, onde se localiza a capital do estado do Pará, Belém, a qual, por sua vez, concentra vários equipamentos culturais. Essas desigualdades são agravadas pelas leis de renúncia fiscal (como a Lei Rouanet, no plano federal, e a Lei Semear, no caso do Pará), pois as definições de aplicação de recursos em projetos culturais são feitas pelas empresas ou iniciativa privada, que operando através de seus sistemas de marketing, privilegiam apenas artistas e grupos culturais com presença no mercado cultural e que podem oferecer retorno de “imagem” para estas empresas.

Essas desigualdades regionais podem ser solucionadas ou atenuadas por meio de políticas públicas de caráter regionalizante, como o Sistema Estadual de Cultura do Pará (SEC Pará), que, através de instrumentos como o chamado “CPF da Cultura” (Conselho, Plano e Fundo estaduais de cultura), podem oferecer maiores possibilidades de acesso aos recursos culturais para as 12 regiões de integração do Pará, assim para grupos e fazedores de cultura ligados à cultura popular e regional, que não fazem parte do chamado mercado cultural. Além disso, se devidamente implementado, o SEC Pará pode oferecer instrumentos de participação social ativa, como os Fóruns Setoriais de Cultura, que são instâncias de participação social mais diretas, ligados ao Conselho Estadual de Cultura. Outra forma de participação social ativa são as Conferências Estaduais de Cultura.

Durante o período da Lei de Emergência Cultural, a mobilização social cresceu em todo o país, a despeito de sérios retrocessos democráticos promovidos pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022). Foi nesse período que foi aprovada no âmbito da ALEPA (Assembleia Legislativa do Pará), no final de 2020, a Lei que cria o Sistema Estadual de Cultura do Pará. Mas essa Lei só foi sancionada 2 anos depois pelo governador Helder Barbalho, no final de 2022.

Entretanto, é importante considerar que o projeto de Lei do Sistema Estadual de Cultura do Pará, de autoria do Governo do Pará/SECULT, que foi aprovado pela ALEPA, tem algumas diferenças fundamentais em relação ao projeto da então deputada estadual Marinor Brito (que também havia sido aprovado pela ALEPA, mas que foi posteriormente vetado pelo governador Helder Barbalho). A principal diferença é que no projeto do Governo do Estado/SECULT não está prevista a criação do Fundo Estadual de Cultura. O argumento do governo estadual é de

que já estava em funcionamento outro fundo de cultura, ligado à Lei Semear, denominado Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais (FEPAC). Mas a questão é: um fundo ligado à lei de renúncia fiscal pode substituir o funcionamento e funções do Fundo Estadual de Cultura? Há várias questões envolvidas nessa questão. Não é possível fazer uma discussão exaustiva sobre esse tema neste artigo. Mas é primordial entender que a lei de renúncia fiscal atende a um tipo de público específico, que são os artistas e grupos que fazem parte do chamado “mercado cultural”, enquanto os recursos do Fundo de Cultura se destinam a um público mais amplo, que não está incluso no mercado cultural, como os grupos de cultura popular ou periféricos.

Por outro lado, os recursos destinados ao Fundo de Cultura devem ser depositados em uma conta bancária própria, e podem ser acumulados para o exercício seguinte, caso não sejam aplicados no mesmo exercício ou ano. Isso ocorreu, por exemplo, com os recursos do Fundo Nacional de Cultura que não estavam sendo utilizados na gestão do ex-presidente Bolsonaro, o que ensejou a justificativa para aplicação desses recursos via Lei de Emergência Cultural, no valor de quase 3 bilhões de reais em 2020.

Outra diferença entre o projeto da deputada Marinor Brito e o projeto do Governo do Pará/SECULT é que o projeto deste último suprimiu algumas funções e competências do Conselho Estadual de Cultura. Entre as competências suprimidas está a de fiscalização do Sistema Estadual de Financiamento da Cultura.

Mesmo sendo aprovado no final de 2020, o projeto de lei de criação do SEC Pará ficou parado cerca de dois anos na mesa diretora da ALEPA, sem ser enviado para a sanção do governador Helder Barbalho. A justificativa para isso era divergências em relação à aprovação de emendas ao projeto do governo do estado na mesma sessão que aprovou o SEC Pará. Entre essas emendas, estaria a criação do Fundo Estadual de Cultura, proposto pela deputada estadual Marinor Brito. A assessoria do então presidente da ALEPA, deputado estadual Chicão (MDB) alegava irregularidades no rito de apreciação dessas emendas – e que elas, de fato, não teriam sido aprovadas.

Depois de algumas reuniões de uma comissão de integrantes dos movimentos culturais com o presidente da ALEPA, finalmente este decidiu enviar para a sanção do governador do estado o projeto de lei de criação do SEC Pará. Assim, em novembro de 2022 (dois anos depois da sua aprovação na ALEPA), o governador

Helder Barbalho sanciona a Lei nº 9.737, de 21 de novembro de 2022, que institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Pará (SECPA).

O processo de efetivação do SECPA se deu, primeiro, com a eleição e posse do Conselho Estadual de Cultura. A eleição ocorreu no segundo semestre de 2023, para formação de Fóruns Setoriais e para que estes elegessem, entre os seus componentes, os representantes titular e suplente do respectivo Fórum no Conselho. Mas houve uma baixíssima participação nessa eleição, pois pouco mais de 400 fazedores de cultura se inscreveram através do Mapa Cultural do Pará. Inclusive, alguns fóruns setoriais sequer tiveram candidatos eleitos – ou até mesmo eleitores inscritos. E praticamente nenhum Fórum Setorial conseguiu atingir o limite máximo de integrantes, que era de nove integrantes por cada Fórum Setorial. Até meados de 2024, nenhum Fórum Setorial tinha sido instituído em nível estadual. É importante lembrar que instâncias como os Fóruns Setoriais correspondem no plano regional ao papel que os Colegiados Setoriais ocupam em relação ao CNPC (Conselho Nacional de Política Cultural), viabilizando uma maior participação social dos fazedores de cultura na condução da política cultural.

A 4ª Conferência Estadual de Cultura do Pará ocorreu em dezembro de 2023, em preparação para a 4ª Conferência Nacional de Cultura, o qual ocorreu em março de 2024, em Brasília. E assim, ainda que com vários percalços, o Sistema Estadual de Cultura do Pará vai sendo efetivado. Com isso, tem-se a expectativa de que, com o funcionamento do SECPA, as graves desigualdades observadas na distribuição de recursos na Cultura (sobretudo a brutal concentração de recursos na RI Guajará ou Região Metropolitana de Belém) possam ser pelo menos atenuadas, sobretudo por meio do pleno funcionamento do chamado “CPF da Cultura” (Conselho, Plano e Fundo estaduais de cultura).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Renato Fonseca de. Políticas culturais em tempos de pandemia: da Lei Aldir Blanc à Lei Paulo Gustavo e suas aplicações no estado e município de São Paulo. **Revista sala preta**, vol. 21, n. 1, p.53-80, 2022.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA-ENECULT, 3. 2007. Salvador. **Trabalho apresentado...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 23-25 maio 2007.

CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira; FARIAS André Luís Assunção de; AIRES, Alana Paula De Araújo. Economia extrativa mineral da Amazônia Paraense: indústria-motriz ou economia de enclave (ainda)?: **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Ano XIX, v. 2, n. 37, ago. de 2017. Salvador (BA): UNIFACS, 2017

CASTRO, Fábio. Os 10 pecados da política cultural do PSDB no Pará. **Papers do Laboratório de Sociomorfologia**. Belém: UFPA, 2007a. Disponível em: <http://hupomnemata.blogspot.com/search/label/Pol%C3%ADtica%20cultural>. Acesso em: 20 dez. 2008.

FAPESPA-Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2022**. Dir. de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. Belém: Governo do Estado do Pará/FAPESPA, 2022.

_____. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração do Pará 2022**. Belém: Governo do Estado do Pará/FAPESPA, 2022.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: 2019.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOES, G. *et al.* **O setor cultural na pandemia: O teletrabalho e a Lei Aldir Blanc**. IPEA. Carta de Conjuntura, Número 49, Nota de Conjuntura 6, 4o tri 2020. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10383/9/201015_cc_49_cultura.pdf

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018**/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 1, p. 109-138, jan.-jul. 1999.

MARCHI, Leonardo de. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Revista Intercom-RBCC**,

São Paulo, v. 37, n. 1, p. 193-215, jan./jun. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e Ações 2011 a 2014**. Brasília, DF: MinC, 2011.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Planejamento e Administração/SEPLAD-PA. **Plano Plurianual 2020/2023**. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/ppa-2020-2023/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PARÁ. Lei nº 9.737, de 21 de novembro de 2022, institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Pará (SECPA). **Diário Oficial do Estado do Pará**. n. 35.195, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/2022/2022.11.22.DOE.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RUAS, José Augusto Gaspar. Aspectos estratégicos e metodológicos para a Economia da Cultura no Brasil. In: **Projeto “Perspectivas da Economia da Cultura: um modelo de análise do caso brasileiro”**. Área: Indicadores e Metas Gerais. Nota Técnica. Campinas: Ministério da Cultura; Fecamp, 2011. Cap. 3, p. 96-128.

RUBIM, Antônio A. C. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, Antônio A. C. (org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Valcir Bispo. Desigualdades Regionais e Dinâmicas Territoriais na Amazônia Paraense. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14. 2011. Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. CD. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/960>. Acesso em: 14 set. 2011.

SANTOS, Valcir Bispo. “Desigualdades regionais e dependência cultural na Amazônia Paraense”. **Cadernos CEPEC**, v. 11, n. 2, 2022, Belém: UFPA / Cadernos CEPEC, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/14845> Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, Harley; SANTOS, Valcir B.; FERNANDES, Danilo A. Cultura e Desenvolvimento na Amazônia: reflexões sobre a contribuição de Celso Furtado. In: QUINTELA, Adroaldo *et al.* **Celso Furtado: os combates de um economista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2020.

TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. As Finanças dos municípios paraenses: ensaio analítico sobre as receitas de transferências e de suas principais despesas sociais. **REDES - Rev. Des. Regional**, v. 18, n. 2, p. 246 – 273, 2013.